

RELATÓRIO

Relatório de Atividades – 2024

Em atendimento à solicitação do Memorando nº 18/2025-NUAFP, consoante o disposto no art. 35, III, da Resolução 337/2023, combinado com o art. 64, III, do AMD nº 85/2024 (que trata da coleta dos Relatórios Anuais de Atividades das Frentes Parlamentares para Publicação)

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nome da Frente Parlamentar:

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Nome da Coordenação/ Diretoria/Gerência/Núcleo (se for o caso):

Presidente: Deputada PAULA MORENO PARO BELMONTE, tendo a subscrição do Requerimento de Registro da Frente Parlamentar dos demais deputados: EDUARDO WEYNE PEDROSA; DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ; ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO; JORGE VIANNA DE SOUSA; JAQUELINE ANGELA DA SILVA; JOÃO ALVES CARDOSO; DANIEL DE CASTRO SOUSA.

Nome do Responsável:

Presidente: Deputada PAULA BELMONTE

Cargo / Função:

Deputada Distrital - Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Quais atividades, ações, serviços, projetos ou programas estão relacionados ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes?

A **Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** é uma associação suprapartidária, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por um terço dos deputados distritais, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012.

Por meio do **Requerimento nº 1.404/2024**, lido em Plenário no dia 23/05/2024, e, sob a coordenação da Deputada Paula Belmonte, foi requerido o registro da **Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, cujo extrato correspondente foi publicado no DCL nº 114, de 29/05/2024, página 3.

Como se observa, essa Frente Parlamentar teve origem **apenas no ano de 2024**.

O registro da Frente Parlamentar tem por finalidade promover e acompanhar atividades legislativas, dentre outras ações, visando a implementação de políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, no Distrito Federal.

A violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos. Trata-se de um fenômeno complexo, que ocorre em todo o mundo e está ligado a fatores culturais, sociais e econômicos. No Brasil, o fenômeno atinge milhares de meninos e meninas, cotidianamente, muitas vezes de forma silenciosa, comprometendo sua qualidade de vida e seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual.

As experiências de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil demonstram que, somente com o envolvimento de todos os atores sociais nesse enfrentamento, é possível produzir resultados positivos na prevenção e no atendimento a crianças e adolescentes, razão pela qual está se instituindo a presente Frente Parlamentar.

Finalidades da Frente Parlamentar, segundo o seu Estatuto:

- I - atuar, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, para promover ações contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- II - fomentar e acompanhar as estatísticas referentes ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- III - implementar mecanismos de cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios para o desenvolvimento de ações de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- IV - propor e analisar proposições que disciplinem todos os assuntos referentes à proteção das crianças e dos adolescentes em especial a ações de combate ao abuso e à exploração sexual;

- V - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, no Distrito Federal;
- VI - promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Parlamento e junto à sociedade;
- VII - desenvolver campanhas de esclarecimento e orientação às entidades, Conselhos Tutelares, Promotoria, Judiciário e outros entes que atuem no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- VIII - articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações das entidades da sociedade civil, voltadas para o incentivo da reciclagem e promoção das defesas dos direitos das crianças e adolescentes, em especial no combate ao abuso e à exploração sexual das crianças e adolescentes; e
- IX - servir de interlocução entre o Parlamento e as entidades da sociedade civil para os assuntos referentes ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Competência da Frente Parlamentar:

- Compete à Frente Parlamentar realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, consultas públicas, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados a sua temática, bem como tomar providências no sentido de:
- I - promover e fortalecer as questões direcionadas aos objetivos da frente parlamentar proposta, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;
 - II - defender ações complementares para o segmento;
 - III - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas aos interesses do segmento dentre outras ações; e
 - IV - garantir ampla participação da sociedade civil nas discussões e encaminhamentos debatidos.

Publicações recentes:

Dentro dos objetivos das ações de combate com exploração sexual de crianças e adolescentes, foi publicada a **Lei nº 7.547, de 23 de junho de 2024**, de autoria do Poder Executivo em conjunto com a Deputada Paula Belmonte, tendo por finalidade **instituir o Cadastro Distrital de Pessoas Condenadas por Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes**, com destaque para o disposto nos arts. 1º e 2º, a saber:

Art. 1º Fica instituído, no Distrito Federal, o banco de dados de pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, sob a denominação de Cadastro Distrital de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.

§ 1º São incluídos neste Cadastro os indivíduos que tenham decisão condenatória penal com trânsito em julgado nos crimes:

- I – contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes;*
- II – previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que tenham conotação sexual.*

§ 2º Na hipótese de reabilitação, deve haver exclusão imediata do Cadastro.

Art. 2º O Cadastro Distrital de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes deve ser constituído, no mínimo, das seguintes informações:

- I – nome completo;*
- II – filiação;*
- III – data de nascimento;*
- IV – número do documento de identificação – RG e CPF;*
- V – foto e características físicas;*
- VI – endereço atualizado do cadastrado;*
- VII – histórico de crimes.*

§ 1º A foto de que trata o inciso V deve ser tirada de frente, contra fundo branco, para melhor identificação das pessoas constantes neste Cadastro.

§ 2º É assegurado o absoluto respeito à privacidade das vítimas, vedado o tratamento de qualquer de seus dados pessoais, bem como o acesso a qualquer informação que possa levar à sua identificação.

Embora conste do art. 4º o prazo de 120 dias para a regulamentação da Lei, até o presente momento, não consta registro da regulamentação da referida Lei.

Proposições em trâmite:

Em 2024, não houve registro de proposições concernentes à matéria em tramitação nesta Casa Legislativa.

Sessão Solene, com entrega de Moções de Louvor, ou Audiência Pública:

Não há registro de realização de eventos relacionados ao propósito dessa Frente Parlamentar.

Orçamento:

De forma específica e identificada, em relação à proteção especial de crianças e adolescentes, cabe ressaltar que, no Orçamento do Distrito Federal de 2024, constam apenas 2 (dois) Programas de Trabalho que consignam valores voltados para essa temática, quais sejam:

- 1) 44101 (SEJUS/DF) - 14.243.6211.2461.0005 - Apoio às Ações Intersetoriais de **Proteção Especial de Crianças e Adolescentes**--Distrito Federal - OCA, Valor simbólico de **R\$ 10.000,00** (institucional do GDF);
- 2) 44908 (FDCA/DF) - 14.243.6211.2461.0004 - Apoio às Ações Intersetoriais de **Proteção Especial de Crianças e Adolescentes**--Distrito Federal - OCA, Valor de **R\$ 12.000.000,00** (institucional do GDF);

Produto resultante das ações desenvolvidas:

Não foram detectadas ações específicas, relacionadas à Frente Parlamentar, no que tange ao desenvolvimento de atividades governamentais em prol desse segmento.

Brasília, 11 de março de 2025.

PAULA BELMONTE

Deputada Distrital - CIDADANIA/DF



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. 00169, Deputado(a) Distrital**, em 21/05/2025, às 11:25, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2045979** Código CRC: **E9CC4B9F**.